



Eunício garante votação de texto que interessa aos caminhoneiros

Projeto que regula o preço dos fretes rodoviários está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos. Para que seja discutido em Plenário, líder do governo deve apresentar pedido de urgência

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse que um projeto que trata do preço mínimo dos fretes rodoviários deve ganhar prioridade na Casa. Ele assumiu o compromisso de colocar a proposta em votação durante reunião no Palácio do Planalto que selou o acordo entre governo e caminhoneiros para suspender a paralisação da categoria.

Eunício afirmou que, tão logo o líder do governo, Romero Jucá, assine o pedido de urgência, o projeto será levado ao Plenário. Antes terão de ser votadas seis medidas provisórias que trancam a pauta.

Quanto ao projeto que zera até o fim do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o diesel, ele disse que o compromisso do Senado é contribuir com o debate.

Senadores debatem ações para solucionar greve

Proposta fixa teto para ICMS sobre combustíveis

3



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício Oliveira (3º à dir.) participa de reunião no Palácio do Planalto com representantes dos caminhoneiros e com ministros

TCU apresenta lista atualizada de obras irregulares 2

Congresso vai analisar fim do Fundo Soberano 5

Prefeitos querem mais empréstimo externo 2

Seminário aponta influência das mídias sociais nas eleições

Mais de 600 profissionais de comunicação participaram ontem de seminário sobre como os conteúdos das mídias sociais se espalham

e seu efeito nas eleições. O debate foi promovido pela Secretaria de Comunicação e pela Diretoria-Geral do Senado. 4



Roque de Sá/Agência Senado

Senador Wellington Fagundes e Angela Brandão entre convidados

Sessão destaca papel da Embrapa para evolução da agropecuária

A contribuição das pesquisas da Embrapa para o desenvolvimento da agropecuária brasileira foi exaltada ontem em uma sessão

especial do Senado em homenagem aos 45 anos da empresa. Dirigente do órgão defendeu mais recursos para pesquisa. 2



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia fala na tribuna durante a sessão especial, requerida por ela



Marcos Oliveira/Agência Senado

Regina Sousa (C) comanda o debate em que integrantes da Comissão da Verdade defendem a revisão da Lei da Anistia

Comissão da Verdade quer revisão da Lei da Anistia

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, representantes da Comissão Nacional da Verdade e familiares

de mortos e desaparecidos políticos defenderam a revisão da Lei da Anistia pelo Supremo Tribunal Federal. O debate

tratou do documento da CIA segundo o qual o ex-presidente Geisel autorizou a execução de opositores da ditadura. 8

Plenário vota indicações para embaixadas no Uruguai e no Peru

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem os indicados para as embaixadas no Uruguai, Antônio Simões, e no Peru, Rodrigo Baena Soares, que seguem para votação em Plenário. Na sabatina, os diplomatas ressaltaram a importância das relações comerciais do Brasil com os dois países. 7

Senado recebe três medidas provisórias que vencem na sexta

Chegaram ontem ao Senado e já estão na pauta do Plenário três novas medidas provisórias. Se não forem votadas até sexta-feira, elas perdem a validade. Uma delas regulamenta a inclusão de ex-servidores nos quadros da União. Outras três MPs também estão na pauta. 5

Pauta feminina comemora decisão do TSE sobre campanhas

Convidadas da Pauta Feminina "Eleições 2018: mulheres a caminho das urnas", realizada ontem no Senado, comemoraram a decisão do TSE, de que partidos deverão aplicar pelo menos 30% da verba do Fundo Eleitoral para campanhas das mulheres. 6



Ana Amélia preside sessão com presença de Moretti (3º à esq.) e representantes de organizações do setor

Senado destaca contribuição da Embrapa à agropecuária

Em sessão para comemorar 45 anos da empresa, senadores ressaltaram importância da instituição no desenvolvimento do setor. Dirigente pediu mais recursos para pesquisa e disse que país investe pouco

AS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS e científicas para o desenvolvimento da agricultura e da pecuária brasileiras foram celebradas por parlamentares e convidados na sessão especial feita ontem pelo Senado em homenagem os 45 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). O presidente em exercício da empresa, Celso Luiz Moretti, defendeu o aumento nos investimentos em pesquisa.

Ana Amélia (PP-RS), que requereu a sessão, enalteceu a importância das ações desenvolvidas pela empresa.

— Temos que celebrar o trabalho dos pesquisadores e funcionários da Embrapa. O Brasil, que até a década de 1970 importava alimentos básicos, nos últimos anos passou a ser o segundo produtor mundial agrícola e o segundo maior exportador, com destaque para soja, açúcar, café, carnes bovina, de frango e suína. Os produtos garantem a alimentação para cerca de 1,5 bilhão de pessoas em diversos países — ressaltou a senadora.

Para Simone Tebet (MDB-MS), a instituição tem o papel de fazer efetivamente do Brasil o celeiro do mundo.

Em 30 anos, disse, o Brasil será capaz de alimentar 4 bilhões de chineses e indianos, o que representa 20 vezes a população brasileira.

Para o representante do Ministério da Agricultura, Alexandre Pontes, uma das maiores conquistas da empresa é o monitoramento por satélite. As imagens disponibilizadas mapeiam e monitoram o uso da terra e servem de indicadores de sustentabilidade e competitividade.

— Isso tem sido extremamente útil para mudar a opinião de pessoas que muitas vezes se utilizam de questões ambientais para denegrir a produção brasileira. Hoje se consegue demonstrar com muita clareza essa questão.

Investimentos

Segundo o presidente em exercício da Embrapa, as atividades agrícolas, pecuárias e florestais ocupam 30% do território brasileiro, e a produção de alimentos, 7,8%.

— Não podemos aceitar que desinformados ou mal-intencionados acusem o Brasil de predador do meio ambiente. Com ciência, tecnologia e inovação, sabemos

produzir fibras, alimentos e energia de forma sustentável, preservando o meio ambiente.

Apesar dos avanços, Moretti salientou que o Brasil ainda investe pouco (1,16% do PIB) em pesquisa, desenvolvimento e inovação agropecuária. Em 2016, o Brasil estava na 36ª posição do ranking de países que mais destinam recursos à pesquisa.

— A inovação gera emprego e renda e garante avanços em áreas sensíveis e de menor interesse comercial. As restrições orçamentárias atingem as instituições dependentes do Tesouro Nacional, como é o caso da Embrapa. Em momentos de crise, sob pressão, raciocinamos no curto prazo, o que pode ser extremamente prejudicial à pesquisa. Muitas vezes, ela só produz resultados a partir de investimentos financeiros e humanos realizados por décadas — ressaltou.

A Embrapa conta com 17 unidades centrais e 46 descentralizadas em todas as regiões do país. Possui três escritórios internacionais, na América Latina e na África. São cerca de 9,7 mil profissionais, entre pesquisadores, analistas, técnicos e assistentes administrativos.

TCU entrega novo relatório sobre obras irregulares

O Congresso recebeu ontem relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) atualizando a lista de obras com indício de irregularidades graves. São 12 empreendimentos financiados, no todo ou em parte, com recursos federais. O envio do relatório ao Congresso é uma exigência da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) em vigor (Lei 13.473, de 2017).

As obras receberam a classificação IGP, o que significa que o tribunal recomenda ao Congresso que elas sejam paralisadas. A paralisação se

dá pelo bloqueio de recursos orçamentários. O relatório tem dois empreendimentos com classificação IGR, cuja recomendação é para apresentação de garantias ou retenção de valores que cubram eventual prejuízo ao erário.

Das 12 obras com IGP, 6 não constam na lei orçamentária deste ano (Lei 13.587, de 2018), que relaciona os empreendimentos proibidos de receber recursos novos enquanto não forem solucionadas as irregularidades apontadas pelo TCU. São elas: Usina Termonuclear

de Angra 3 (RJ), Fábrica de Hemoderivados e Biotecnologia (PE), Ferrovia Norte-Sul, Vila Olímpica (PI), Canal do Sertão (AL) e Canal Adutor Vertente Litorânea (PB).

O relatório será analisado agora pela Comissão Mista de Orçamento (CMO). As obras só podem ser definitivamente paralisadas se o Congresso aprovar um projeto de decreto legislativo incluindo os empreendimentos citados pelo TCU no Anexo 6 da lei orçamentária.

Da Agência Câmara

Prefeitos pedem a Eunício empréstimo externo mais fácil

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, se reuniu na quarta-feira com prefeitos de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, acompanhados dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Airtton Sandoval (MDB-SP) e Waldemir Moka (MDB-MS) e de representantes de consórcios públicos. Eles pediram a aprovação de propostas que ampliam as possibilidades de os municípios brasileiros contratarem empréstimos externos.

O primeiro é o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 199/2013, que susta a Resolução 294/2006, da Comissão de Financiamentos Externos, editada pelo ministro do Planejamento. O objetivo do projeto é permitir que municípios com menos de 100 mil habitantes contratem operação de crédito externo com aval da União.

A proposta está pronta para votação em Plenário.

O segundo é o Projeto de Resolução do Senado (PRS) 31/2017, que altera a Resolução 43/2001 para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos estaduais ou municipais. O texto aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos.

O presidente do Senado afirmou que considera a formação de consórcios públicos uma boa opção para municípios que não têm condições suficientes de oferecerem sozinho serviços de qualidade para a população.

Eunício pediu ainda que Ana Amélia e Sandoval atuem como interlocutores para que os projetos sejam incluídos em pauta.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Fátima ressalta temas da Conferência Nacional de Educação Popular

Fátima Bezerra (PT-RN) destacou em discurso a realização da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), que começou ontem e vai até amanhã, em Belo Horizonte. A ideia é discutir com profissionais da educação e sociedade os problemas do setor e as consequências da Emenda Constitucional 95, do teto de gastos.

Também serão debatidos temas como o movimento Escola sem Partido, o corte de recursos para a educação e a formação dos profissionais.

— Vamos denunciar ao Brasil e ao mundo os retrocessos em curso no nosso país, especialmente no campo da educação.

Paulo Rocha relata participação em evento sobre Amazônia no Acre

O senador Paulo Rocha (PT-PA) registrou ontem sua participação na 4ª Conferência da Amazônia, em Rio Branco. Ele disse que os debates giraram em torno da necessidade de um novo modelo de desenvolvimento sustentável e da importância da inclusão dos povos da região.

— A Amazônia sempre foi vista pelo centro-sul do país como almoxarifado, mera fornecedora de matéria-prima — afirmou Paulo Rocha.

Movimentos sociais, sindicatos, empresários e trabalhadores participaram da conferência, que ocorreu de 17 a 19 de maio.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão sem votações, destinada a pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

CPI DOS MAUS-TRATOS Depoimentos
10h A comissão parlamentar de inquérito colhe depoimentos em reunião no Ministério Público do Espírito Santo.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Projeto sobre preço de fretes deve ser priorizado

Durante reunião no Planalto que selou acordo para suspender a greve dos caminhoneiros, Eunício Oliveira se comprometeu a pautar a proposta para votação pelo Plenário

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, anunciou ontem que deve incluir na pauta do Plenário o PLC 121/2017, que regula o preço mínimo dos fretes rodoviários. Com isso, ele atende uma reivindicação feita pelos representantes dos caminhoneiros durante reunião no Palácio do Planalto que selou o acordo com o governo para suspender a paralisação da categoria.

O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro e, no Senado, está sob a relatoria do líder do governo, senador Romero Jucá (MDB-RR), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Eunício informou que tão logo Jucá, como líder do governo, assine o pedido de urgência, a Presidência da Casa se encarregará de levar o texto à discussão em Plenário. Isso pode ocorrer já na próxima terça-feira.

— Não me comprometi com a aprovação, e sim com a pauta. Mas precisamos da demonstração de concordância da liderança do governo — disse Eunício.

Para que o projeto possa ser analisado, terão de ser votadas primeiramente seis medidas provisórias que estão trancando a pauta de votações: as MPs 812, 813, 816, de 2017, e 817, 818 e 819, de 2018.

PIS/Cofins

Quanto ao projeto que zera até o final do ano a cobrança de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, aprovado na quarta-feira pela Câmara, não há compromisso do Senado em relação a prazos. A ideia de Eunício é contribuir com o debate sobre o texto, ouvindo todos os lados envolvidos.

Ele disse que, se o projeto que veio da Câmara tratasse de zerar a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), a proposta seria pautada também com urgência. Retirar a incidência da Cide sobre o diesel é o primeiro ponto do acordo entre o governo e os caminhoneiros.

Petrobras

A líder do MDB, senadora Simone Tebet (MS), que participou de reunião com Eunício, falou sobre a parte do acordo que se relaciona com a Petrobras.

— A Petrobras passará a realizar ajustes mensais de preços, e não mais diários. Se utilizará a média das variações para correções para cima ou para baixo — explicou.



Eunício diz que está comprometido com a análise do projeto, mas não com o mérito, que precisa ser discutido

Senadores debatem combustíveis e greve dos caminhoneiros

A crise de abastecimento provocada pela greve dos caminhoneiros foi o principal tema que os senadores debateram ontem no Plenário. Os caminhoneiros fecharam algumas vias em protesto contra a alta de preços do diesel.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), destacou após o acordo a questão de o governo passar a garantir aos transportadores autônomos parte dos fretes de empresas estatais.

— Foi pedido pelos caminhoneiros que 30% dos fretes da Conab [Companhia Nacional de Abastecimento] e da Petrobras sejam realizados por transportadores autônomos. Acho que é um ponto justo, somado à redução dos custos do óleo diesel. Mas que isso fique claro que é política de responsabilidade do presidente da República. Daqui a 15 dias vamos nos reunir de novo para ver o andamento do acordo — observou.

O líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), considerou importante que o governo mude a política de preços da Petrobras, em andamento desde a posse de Pedro Parente como presidente da estatal.

— Se não mudar a política de preços do governo Temer, não vai haver estabilidade. Foram mais de 200 aumentos de preços. É muita volatilidade. Muitos brasileiros estão cozinhando com fogão a lenha porque o gás se tornou impraticável. O governo fica procurando de onde tirar dinheiro para cobrir as renúncias fiscais, mas concede isenções de quase R\$ 16 bilhões às petroleiras estrangeiras — declarou.

Antes do acordo, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) afir-

mou que a população está cansada do tamanho do Estado. E que o peso da carga tributária é imoral. Ele disse que, se o presidente da Petrobras não se demitir, que seja demitido. E que os reajustes diários dos combustíveis são inaceitáveis.

— Não se pode salvar a Petrobras e quebrar o Brasil.

Já Gleisi Hoffmann (PT-PR) fez uma correlação entre o impeachment da presidente Dilma Rousseff e os dois anos de governo Temer. A senadora disse esperar a votação, na comissão geral que ocorrerá na terça-feira, de propostas que signifiquem solução imediata para a crise.

— Temos de votar propostas de fim dos reajustes diários dos combustíveis, de limitação dos juros bancários e dos cartões de crédito e de demissão dessa diretoria da Petrobras.

Reajustes

Ana Amélia (PP-RS) criticou a postura do presidente da Petrobras, Pedro Parente, que defende reajuste de preços diariamente para fazer frente ao valor em dólar do petróleo e dos combustíveis importados.

— Agora, Parente anuncia abaixar em 10% os preços do diesel por 15 dias. Isso cria uma enorme insegurança ao mercado. Como não podia antes? — disse.

A senadora descreveu as medidas emergenciais tomadas por prefeitos gaúchos, como suspensão das aulas e confisco dos combustíveis para as ambulâncias.

— No Paraguai, que é nosso país vizinho, a mesma gasolina da Petrobras custa menos de R\$ 3 — registrou.

Cristovam Buarque (PPS-DF)

pediu a abertura da planilha de preços da Petrobras, para entender os custos. Segundo o senador, o Brasil se tornou um país rodoviário, sem ferrovias, dependente do automóvel para tudo. E comentou sobre a pesquisa da CNI sobre a insatisfação da população com os impostos e os cortes de gastos públicos:

— Há 90% da população favorável a mais gastos com educação. E esses mesmos 90% são contrários a tirar dinheiro de outras áreas. E esses mesmos 90% não querem mais aumentos de impostos. Como é possível? — disse Cristovam.

Ataídes de Oliveira (PSDB-TO) afirmou que já elogiou no Plenário tanto o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, quanto Pedro Parente, da Petrobras. Mas acredita que agora eles erraram.

— O Banco Central dormiu. O dólar foi subindo, com consequências nos preços dos combustíveis e somente nesta semana o BC entrou com sua força para segurar a alta. E agora, o Pedro Parente passou do ponto, ao fazer um lucro de R\$ 7 bilhões para a Petrobras no primeiro semestre por meio desses aumentos de preços sobre a população.

Dário Berger (MDB-SC), que presidia a sessão, ponderou que é possível aprovar uma proposta de um subsídio para manter o preço dos combustíveis mais baixo, pelo menos até o fim do ano.

— Em vez de o governo ficar discutindo carga tributária e pequenos detalhes com os caminhoneiros, estabeleça logo um subsídio, que no meu ver seria atitude mais rápida e razoável — sugeriu.

Proposta fixa alíquota máxima do ICMS sobre diesel e gasolina

Romero Jucá e Randolfe Rodrigues (Rede-AP) propuseram em Plenário, na quarta-feira, um projeto de resolução que fixa porcentagem máxima para a alíquota do ICMS sobre combustíveis. A intenção, além de reduzir o impacto do imposto no preço, é propor uma alíquota igualitária para todos os estados. Hoje a porcentagem do ICMS varia de estado para estado.

Para começar a tramitar, a proposta precisa ser subscreta por 41 senadores. Até a tarde de ontem, 37 senadores haviam assinado. Segundo Jucá, o texto pretende nivelar em 18% a alíquota máxima para a gasolina e o álcool e em 7% para o óleo diesel.

— O governo já se reuniu e está analisando a redução da Cide. Mas temos que entender que o maior ônus no preço dos combustíveis é o ICMS, que varia muito.

A Cide, disse Randolfe, representa uma redução de R\$ 0,05, enquanto o ICMS corresponde a um terço do preço do combustível.

— Estamos pensando em uma solução concreta e sustentável para o drama do aumento do preço de combustíveis.

Cássio critica falta de ação do governo para resolver paralisação

Em discurso ontem, antes do acordo entre governo e caminhoneiros, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) criticou Michel Temer e o Ministério de Minas e Energia pela falta de ação para resolver a crise gerada pela paralisação dos caminhoneiros. O senador propôs a redução imediata de impostos e a revisão da política de reajustes diários adotada pela Petrobras.

Classe política precisa buscar saídas para a crise, diz Ana Amélia

Em Plenário, Ana Amélia (PP-RS) convocou a classe política a pensar numa solução para a crise. O desabastecimento de alimentos e combustíveis chegou a níveis críticos, alertou. Para a senadora, é preciso debater a quebra do monopólio da Petrobras (pois a concorrência melhoraria os preços) e aumentar a transparência na formação dos preços.

Leia o acordo na íntegra: <http://bit.ly/acordocaminhoneiros>

Seminário debate redes sociais nas eleições

Discussão sobre a influência de mídias como Twitter, Facebook e YouTube no Legislativo e no processo eleitoral reuniu mais de 600 profissionais e especialistas no Senado

O DEBATE SOBRE a velocidade com que os conteúdos das mídias sociais se espalham e o efeito do seu uso sobre o processo eleitoral deste ano mobilizou ontem mais de 600 profissionais de comunicação que fazem a cobertura política do Congresso, assessores de imprensa e interessados no assunto, durante o seminário O Legislativo e as Mídias Sociais — desafios e oportunidades de comunicação.

Promovido pela Secretaria de Comunicação e pela Diretoria-Geral do Senado, o evento reuniu, no auditório Petrônio Portella e pela internet, especialistas e representantes de instituições que se dedicam ao estudo das redes sociais, para discutir o comportamento e o crescimento dessas novas mídias e a influência sobre o trabalho legislativo e o cenário político eleitoral.

Na abertura, a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Angela Brandão, disse que o encontro nasceu da necessidade de atualizar os conhecimentos sobre o grande desafio que é a relação entre mídias sociais e política e ressaltou o papel que as fontes institucionais representam nesse cenário.

— Neste momento, as fontes institucionais, como a Comunicação do Senado, ganham um papel ainda mais relevante. A gente começa a perceber que, se num passado a gente era interpretado como aquela fonte institucional e essa informação pode ser menos relevante do que as fontes de fora, agora as pessoas se sentem seguras de que essa é uma informação verdadeira, por-



Ao lado de Luiz Fernando Bandeira (3º à esq.), Angela Brandão afirma que a Comunicação do Senado exerce o papel de dar a informação verdadeira

que é uma fonte institucional que está falando — afirmou.

O encontro contou com a presença do vice-presidente da Comissão Senado do Futuro senador Wellington Fagundes (PR-MT). Segundo ele, é necessário mostrar para o cidadão o trabalho feito pelos parlamentares e servidores da Casa. Para isso, é importante “melhorar a comunicação com a população”.

Dados pessoais

O secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, afirmou que a discussão sobre o impacto das mídias sociais no trabalho legislativo torna-se ainda mais importante por ser tratar de um ano eleitoral, já que o debate político nas redes sociais é uma preocupação no Congresso.

Bandeira também falou sobre as regras para proteção de dados pessoais dos internautas.

— Ontem [23] nós votamos, no Plenário do Senado, o projeto de lei que trata da proteção de dados pessoais dos usuários

na internet [PLS 330/ 2013]. O grande negócio das redes sociais são os nossos dados pessoais e nós temos uma legislação que ainda é tímida nesse sentido. E esse projeto vai regular de forma extensa em que medida esses dados podem ser usados.

Representando a diretoria-geral, Ilana Trombka, o diretor-executivo de Gestão, Márcio Tancredi, falou sobre a importância de o Senado se posicionar como instituição do segmento Legislativo.

— Do ponto de vista do interesse da Casa, a discussão é de que forma as redes podem influenciar e qual é o destino da interação das redes e o nosso trabalho na fatura legislativa.

Mídias

No painel “Cada rede em seu lugar: os melhores usos do Facebook, Twitter e Instagram”, o coordenador do Núcleo de Mídias Sociais do Senado, Moisés Nazário, falou sobre as peculiaridades de cada rede social e o perfil dos usuários. Segundo ele, no Facebook,

as postagens são organizadas por engajamento e afinidade. Já no Twitter o critério é a ordem cronológica. E o Instagram varia entre essas duas vertentes, mas com um forte viés cronológico.

A chefe do Serviço de Internet da TV Senado, Sara Reis, falou sobre o crescimento da página da TV Senado no YouTube e anunciou que o perfil alcançou 200 mil inscritos na quarta-feira.

Primeiro canal público a fazer multiprogramação nessa rede e um dos primeiros do mundo, a TV Senado também passou a ser a primeira página de governo no Brasil — era classificada como canal de TV focado em entretenimento —, segundo classificação da Social Bakers. A empresa faz a análise de todas as redes sociais.

Fake news

A difusão de *fake news* (notícias falsas) pode influenciar nas eleições de 2018. A afirmação é do coordenador do monitor do Debate Público

no Meio Digital da Universidade de São Paulo (USP), Pablo Ortellado. Ele foi um dos palestrantes do painel “*Fake news*: como enfrentar o tsunami”.

— O Brasil corre o risco de votar com base em informações altamente viciadas. A sociedade precisa olhar criticamente para aquilo que acredita. Quando estamos muito apaixonados por um assunto, fica difícil ter critério — alertou.

O secretário-geral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Carlos Eduardo Frazão, lembrou que o tribunal criou um conselho para lidar com *fake news*, mas reconheceu que a questão é bastante complexa. Para Frazão, o controle sobre notícias falsas deveria ser feito fora do Estado, pela sociedade civil.

— O TSE não pode dar um selo para o que é verdade e o que não é. Temos que olhar para a sociedade e a sociedade é o local por excelência onde esse controle deve acontecer — afirmou Frazão.

Comissão analisa proposta de avaliação geral para escolas

O cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) poderá ser obrigatório para todas as escolas de ensino fundamental e médio das redes pública e privada, com exceção dos estabelecimentos dedicados exclusivamente à educação especial. É o que estabelece o PLS 299/2014, a ser analisado em decisão final na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na terça-feira.

O projeto, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), tem Antonio Anastasia (PSDB-MG) como relator.

O Ideb é um indicador estatístico da qualidade da educação, que combina informações de rendimento escolar de estudantes do ensino fundamental e médio (taxas de aprovação, calculadas a partir do Censo Escolar) com informações de desempenho obtidas em três



Cálculo do Ideb pode ser obrigatório em todas as escolas de ensino básico

exames: a Avaliação Nacional da Educação Básica, a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (conhecida como Prova Brasil) e a Avaliação Nacional de Alfabetização.

As emendas do relator estabelecem que as avaliações serão feitas obrigatoriamente para estabelecimentos de

educação básica das redes pública e privada, nos termos de regulamento, observado o disposto no Plano Nacional de Educação (PNE).

Exercício da medicina

A comissão poderá analisar ainda o PLS 165/2017, que estabelece exame obrigatório

de proficiência para médicos.

De autoria do senador Pedro Chaves (PRB-MS), a proposta será ainda analisada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final.

De acordo com o texto, os médicos só poderão se inscrever no Conselho Regional de Medicina (CRM) — o que já é uma exigência para o exercício legal da medicina, conforme a Lei 3.268, de 1957 — após aprovação no exame de proficiência, no qual serão avaliadas as “competências éticas e cognitivas e habilidades profissionais, tomando por base os padrões mínimos requeridos para o exercício da profissão”.

O exame deverá ser aplicado duas vezes por ano, em uma única etapa, pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). Os resultados serão comunicados

aos Ministérios da Educação e da Saúde, mas a avaliação individual será fornecida exclusivamente ao médico.

Se o projeto for aprovado, ficarão dispensados do exame os médicos já inscritos no CRM e quem já estiver cursando medicina na data da publicação da lei.

Emendas

O voto do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), é pela aprovação da proposta, com duas emendas. Uma delas estabelece que o exame será regulamentado pelo Conselho Federal de Medicina (CFM). A outra determina que o cidadão estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em medicina no Brasil, também deverá fazer exame de revalidação do título de graduação, nos termos da lei.

Senado recebe 3 MPs com validade até sexta

Medidas provisórias, se não votadas até a semana que vem, perdem a validade. Entre elas, uma regulamenta a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União

O SENADO RECEBEU ontem três medidas provisórias, que já passaram pela Câmara dos Deputados. As MPs têm prazo de vigência até sexta-feira. Duas delas foram modificadas e transformadas em projetos de lei de conversão. Já a MP 819/2018, que autoriza a União a doar recursos para restauração da Basílica da Natividade, teve o texto original mantido sem mudanças.

A obra na basílica é organizada pelo governo palestino e pelas três Igrejas que administram a instituição (católica, ortodoxa grega e armênia), com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Serão enviados pelo Brasil R\$ 792 mil, o equivalente a US\$ 252 mil pelo câmbio de janeiro, data de edição da MP. Segundo a tradição cristã, a basílica, que fica na cidade de Belém, abriga uma gruta onde nasceu Jesus e é considerada Patrimônio da Humanidade.

O PLV 11/2018, resultado da MP 818/2018, prorroga até 31 de dezembro de 2021 o prazo para que 83 regiões metropolitanas entreguem seus planos de desenvolvimento urbano integrado (PDUI). O governo alega que até o momento não há PDUI elaborado de acordo com os requisitos exigidos pelo Estatuto da Metrópole, sendo que apenas 7 regiões metropolitanas, das 20 mais importantes do país, iniciaram o plano, que deveria ser elaborado até janeiro de 2019.

Outro projeto de lei de conversão que já está no Plenário pronto para ser votado é o PLV 7/2011, fruto da MP

817/2018, editada para regulamentar a inclusão de servidores de ex-territórios nos quadros da União. A medida garante a incorporação dos servidores federais civis e militares do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

Emendas

O senador Romero Jucá (MDB-RR) foi o relator na comissão mista que aprovou o projeto de lei de conversão. Ele acatou emendas que incluem cinco novas categorias no processo, como servidores da segurança pública aprovados em concurso público em 1993, além de servidores do Tribunal de Justiça, da Assembleia Legislativa, das Câmaras de Vereadores, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público Estadual, todos do Amapá.

Todos profissionais que satisfizerem os requisitos farão parte de um quadro em extinção, e as vagas serão extintas após a aposentadoria.

A medida provisória tem força de lei desde a edição e vigora por 120 dias, no máximo. Caso não seja votada no prazo de 60 dias da edição, é automaticamente prorrogada uma única vez por igual período. No Congresso, é analisada inicialmente por uma comissão mista, onde pode receber modificações. Caso isso ocorra, é transformada num projeto de lei de conversão. Depois da comissão mista, o texto segue para votação primeiro no Plenário da Câmara e depois no Senado.

Na pauta, já constam outros três projetos de lei de conversão para serem votados. Eles também têm validade até sexta-feira (veja ao lado).

Na pauta

- **MP 812/2017 ▪ PLV 10/2018 ▪** Muda a forma de cálculo das taxas de juros para os empréstimos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO)
- **MP 813/2017 ▪ PLV 8/2018 ▪** Permite o saque do PIS/Pasep para todos os cotistas até 29 de junho
- **MP 816/2017 ▪ PLV 4/2018 ▪** Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal
- **MP 817/2018 ▪ PLV 7/2018 ▪** Regulamenta inclusão de servidores dos ex-territórios nos quadros da União.
- **MP 818/2018 ▪ PLV 11/2018 ▪** Dá mais prazo para municípios elaborarem planos de mobilidade urbana
- **MP 819/2018 ▪** Autoriza a União a doar R\$ 792 mil para a restauração da Basílica da Natividade, na cidade de Belém



Plenário do Senado tem seis MPs na pauta. Uma delas autoriza a doação de verbas para restaurar a Basílica de Natividade, em Belém

Congresso criará comissão para analisar fim do Fundo Soberano

O Congresso vai criar uma comissão mista para analisar a Medida Provisória 830/2018, em vigor desde terça-feira. A MP extingue o Fundo Soberano do Brasil (FSB), uma espécie de poupança pública criada pela Lei 11.887, de 2008, com o objetivo de atenuar o efeito de crises econômicas sobre o país. O patrimônio do FSB somava R\$ 26,3 bilhões ao final de 2017.

Segundo a medida provisória, os recursos do FSB serão destinados ao pagamento da dívida pública federal (DPF), que reúne as dívidas interna e externa do governo federal. Em março, a DPF alcançou a cifra de R\$ 3,6 trilhões. Caberá à Secretaria do Tesouro Nacional adotar as medidas necessárias à extinção do Fundo Soberano.

A MP 830 também extingue o Conselho Deliberativo do FSB, encarregado do controle contábil do fundo.

Títulos

O governo alega que a extinção do Fundo Soberano visa garantir o cumprimento da chamada “regra de ouro” das finanças públicas, contida na Constituição. A regra estabelece que o aumento da dívida, por meio da emissão de títulos públicos, não deve ultrapassar o volume de despesas de capital (basicamente, gastos com investimentos e com a amortização da dívida pública). O objetivo da regra é

deixar claro que o governo somente se endividará para investir, e não para pagar gastos correntes, como despesas com servidores públicos e manutenção da máquina administrativa.

Segundo o governo, os seguidos deficit primários (com despesas acima das receitas), que ocorrem desde 2014, forçaram o aumento da emissão de títulos públicos para cobrir despesas correntes, colocando em risco o cumprimento da regra de ouro este ano. O Tesouro Nacional estima que precisa de R\$ 203 bilhões para equilibrar a emissão de títulos e as despesas de capital.

Para garantir o cumprimento da regra, foram anunciadas medidas para reduzir a emissão de títulos públicos, como a antecipação ao Tesouro Nacional, pelo BNDES, de R\$ 130 bilhões emprestados nos últimos anos para aplicação em programas de investimento. O fim do FSB se insere nesse conjunto de medidas.

Hoje existem mais de 70 fundos soberanos no mundo. O maior pertence ao governo norueguês e possui um patrimônio de US\$ 1 trilhão.

A MP 830 será analisada inicialmente na comissão mista. É nessa fase que deputados e senadores podem apresentar emendas. Depois, a MP será votada pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Da Agência Câmara

Dia do Trabalhador será celebrado em sessão especial do Senado

O Dia do Trabalhador, comemorado em 1º de maio, será lembrado em sessão especial na segunda-feira, às 11h, no Plenário. A data, que é celebrada no Brasil desde 1925, marca importantes conquistas internacionais dos trabalhadores ao longo da história. A homenagem foi sugerida por Paulo Paim (PT-RS).

O quinto mês do ano se tornou referência para homenagem aos trabalhadores após a Revolta de Haymarket, em Chicago (EUA) em 1886. Naquela época, operários entraram em greve pela redução da jornada de trabalho para oito horas diárias.

Paim cita, no pedido da sessão, que desde então, simbolicamente, as principais medidas em benefício do trabalhador passaram a ser anunciadas nessa data, como o aumento anual do salário mínimo e a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio de 1943.

A sugestão recebeu o apoio dos senadores Paulo Rocha (PT-PA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), José Pimentel (PT-CE), Hélio José (Pros-DF), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e João Capiberibe (PSB-AP).

No início do mês, a Subcomissão

Temporária do Estatuto do Trabalho, em que Paim é vice-presidente, apresentou a proposta de “uma nova CLT” (SUG 12/2018). Desde a aprovação da reforma trabalhista, que alterou a CLT e passou a valer em novembro de 2017, trabalhadores cobram alterações na legislação.

Subcomissão

O estatuto é resultado de nove meses de atuação da subcomissão, criada no âmbito da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que agora analisa a proposta. Para a elaboração do texto, o colegiado contou com o auxílio de entidades de defesa dos trabalhadores.

Com mais de 700 artigos, a sugestão de estatuto é dividida em duas partes, sendo a primeira sobre o direito do trabalho e a segunda sobre o direito processual. A proposição aborda, entre outras medidas, a autorregulação sindical, a modernização do trabalho, o salário mínimo mensal e a jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Caso o texto seja aprovado na CDH, onde é relatado por Paim, passará a tramitar no Senado como projeto e será encaminhado para análise das comissões.

Debate considera uma vitória das mulheres decisão sobre campanha

Convidadas do Pauta Feminina comemoraram decisão do TSE sobre investimento do Fundo Eleitoral e propaganda gratuita

A PAUTA FEMININA sobre “Eleições 2018: mulheres a caminho das urnas”, realizada ontem no Senado, reuniu cerca de 100 pessoas, entre as quais candidatas a deputada federal e distrital e ao governo do Distrito Federal.

O debate comemorou a decisão tomada na terça-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de que os partidos deverão investir pelo menos 30% da verba do Fundo Eleitoral para as campanhas das mulheres, dedicando o mesmo percentual mínimo de tempo para a propaganda eleitoral.

Estimado em R\$ 1,7 bilhão, o Fundo Eleitoral foi criado pela Lei 13.487, de 2017, para ser aplicado nas eleições. Ele não se confunde com o Fundo Partidário, estimado em R\$ 888,7 milhões. O valor é usado para o custeio das atividades das legendas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) já havia se pronunciado, este ano, pela divisão proporcional do Fundo Partidário e estendeu a proporcionalidade em relação a gênero também para o Fundo Eleitoral.

Segundo a advogada Luciana Lóssio, ainda quando ela exercia o cargo de ministra do TSE, o então vice-procurador eleitoral geral Nicolau Dino questionou a constitucionalidade de um dispositivo da reforma eleitoral de 2015 que estabelecia um teto de 15% para a aplicação máxima de verbas do Fundo Partidário em candidaturas das mulheres, ao mesmo tempo em que a lei obrigava os partidos a terem pelo menos 30% de candidaturas femininas.

— Em boa hora, no mês de março, o Supremo Tribunal Federal declarou o dispositivo inconstitucional, e foi além: interpretou que os partidos deveriam destinar 30% do fundo partidário, pelo



Soraya Santos, Teresa Marques, Emília Fernandes, Marcivania, Luciana Lóssio, Camila Almeida e Flávia Magalhães

menos, para as candidaturas das mulheres — disse.

A ex-ministra lembrou que à época da ação de inconstitucionalidade não havia fundo eleitoral, criado após a proibição de doações de pessoa jurídica.

Compromisso

Coordenadora da bancada feminina na Câmara, a deputada Soraya Santos (PR-RJ) destacou o fato de que a advogada e ex-ministra realizou a consulta de modo voluntário, por compromisso com a causa da participação feminina, e que o documento encabeçado pela procuradora da Mulher, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), foi subscrito por 14 parlamentares, mas tinha o apoio de todas as mulheres do Congresso.

Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul — capítulo Brasil (FMMB), a ex-senadora Emília Fernandes, que foi a primeira ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do país, alertou que alguns partidos já se manifestaram contra a decisão do TSE.

— O partido que se manifesta contra a medida não é aliado das mulheres — disse.

Emília explicou que o tema da Pauta Feminina foi decidido como forma de lançar

o Projeto Mais Mulheres no Poder, uma iniciativa do fórum que compreende um cronograma para qualificação de mulheres candidatas. Ela disse que a questão dos recursos é crucial e que a disputa interna nos partidos é dura.

A historiadora e professora da Universidade de Brasília (UnB) Teresa Cristina Novaes Marques disse que o direito das mulheres a votar e a se candidatar, após muito impasse legislativo, foi alcançado no código eleitoral de 1932. Teresa destacou que em alguns países, com o Equador, a distância entre poder votar e poder ser votada foi de trinta anos. A lei brasileira, disse, não colocou nenhuma restrição ao status marital. Em muitos países o direito à candidatura só alcançava mulheres solteiras, viúvas ou separadas, com exclusão das casadas.

Conhecimento

A consultora legislativa do Senado Flávia Cristina Magalhães abordou as diferentes funções dos parlamentares: fiscalizadora, legislativa, representativa e também judiciária. Ela destacou a importância da transparência e do bom exemplo como metas para o

exercício do mandato.

A gerente de projetos da ONU Mulheres Brasil, Camila Almeida, destacou o Objetivo 5 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Estatísticas

Camila também destacou a importância da ideia de não deixar ninguém para trás e pensar no peso da desigualdade racial que as estatísticas evidenciam entre brancas e negras no Brasil. Para Camila, o papel destacado de Luciana Lóssio na conquista histórica obtida no TSE sobre a aplicação do Fundo Eleitoral mostra que “ter mulheres em postos de decisão é fundamental para que mudanças efetivas ocorram”. Ela enfatizou que o Marco Normativo da Democracia Paritária, adotado pelo Parlatino em 2015 também contém um modelo de Estado inclusivo, a partir de um projeto de poder ampliado.

O debate foi mediado pela deputada Professora Marcivania (PCdoB-AP) e contou com a presença de parlamentares, de autoridades e de uma delegação da OAB Mulheres de Goiás.

Comissão muda normas para patente de plantas

O produtor de flores que desenvolver uma nova cor de azaleia, violeta, orquídea ou astromélia pode ser liberado da inscrição do produto no Registro Nacional de Cultivares (RNC). A determinação está prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/2014, que está na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na terça-feira.

A proposta, do deputado Junji Abe (MDB-SP), recebeu parecer favorável do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO). O projeto modifica a Lei 10.711, de 2003, que regulamentou o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, para desobrigar do RNC as cultivares de plantas e flores ornamentais de domínio público. O texto, no entanto, mantém a exigência de inscrição para plantas com direito de patente.

Uma cultivar resulta do melhoramento em uma variedade de planta e difere das demais plantas dessa variedade em características como cor e tamanho. No processo de desenvolvimento de cultivar, não ocorre alteração genética, mas uma nova combinação do seu próprio material genético.

Para Caiado, a desoneração da obrigatoriedade do cadastramento no Registro Nacional de Cultivares daquelas plantas e flores ornamentais que não se encontram sob o regime de proteção do direito beneficia um setor que gera emprego e renda no campo e na cidade, sem prejuízos aos detentores de direitos intelectuais sobre cultivares protegidas.

Habitação

Também está na pauta da comissão a possibilidade de favelas e áreas de invasão passarem a contar com pelo menos 2% dos recursos empregados anualmente no Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), um subprograma do Minha Casa, Minha Vida voltado às grandes cidades. O PLC 64/2016, da deputada Soraya Santos (MDB-RJ), destina recursos do programa para a regularização fundiária de assentamentos urbanos.

O texto recebeu parecer favorável da senadora Regina Sousa (PT-PI). Ela explicou que a Lei 13.465, de 2017, já agilizou procedimentos de regularização fundiária em assentamentos informais, próximos a escolas, creches e postos de saúde, dos quais a população de baixa renda não quer ser removida.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Indicações de embaixadores vão ao Plenário

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores, Antônio Simões e Rodrigo Baena Soares falaram sobre as relações do Brasil com o Uruguai e com o Peru, respectivamente

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem os nomes dos indicados para as embaixadas do Brasil no Uruguai, Antônio Simões, e no Peru, Rodrigo Baena Soares. As indicações precisam ser aprovadas agora em Plenário.

Simões disse que, nos últimos anos, o governo uruguaio tem priorizado o acúmulo de reservas cambiais, que hoje já equivalem a quase um terço do PIB do país. As reservas, de US\$ 18 bilhões, devem impedir que o Uruguai seja muito afetado pela instabilidade econômica da Argentina, afirmou o diplomata.

Segundo Simões, a estratégia uruguaia foi incrementada a partir de 2001, quando o país foi abalado pela falência do modelo de conversibilidade do peso argentino com o dólar.

— Naquela época a economia uruguaia era muito dependente de investimentos de capital argentino. Além disso,

as reservas cambiais do país giravam em torno de US\$ 1 bilhão apenas. Hoje são de US\$ 18 bilhões. Pode soar pouco para um brasileiro, mas equivale a cerca de 30% do PIB deles, de US\$ 60 bilhões. Além disso, eles modernizaram a indústria de turismo e fortaleceram os laços com outros países, como China e Brasil — detalhou.

Caso tenha a indicação confirmada em Plenário, Simões disse que continuará “a tratar o Uruguai como uma das prioridades da nossa agenda externa”. Segundo ele, o Brasil é o segundo maior exportador de produtos para a nação vizinha, atrás apenas da China. Se na balança forem incluídos os combustíveis, o Brasil sobe para a primeira colocação.

Outras prioridades anunciadas por Simões são aumentar o intercâmbio na área de agricultura e melhorar o atendimento às populações que vivem nas zonas fronteiriças. Por fim, o diplomata reforçou que o Bra-



Baena Soares, Antonio Anastasia, que presidiu a reunião, e Simões: exportações foram assunto nas sabatinas

sil se beneficia ao aprofundar vínculos com o país vizinho, porque o Uruguai possui uma economia que cresce há 15 anos ininterruptamente, uma população majoritariamente de classe média e o terceiro melhor Índice de Desenvolvimento Humano da América Latina.

Exportação

Durante a sabatina na CRE, Rodrigo Baena Soares destacou os fortes laços socioeconômicos que unem Brasil e Peru. Segundo ele, 86% dos produtos exportados pelo Brasil ao país vizinho são manufaturados ou semimanufaturados. Isso num quadro tradicionalmente superavitário para a economia brasileira, da ordem de US\$ 600 milhões por ano desde 2015, afirmou.

— Essa é a vantagem comparativa que temos em relação a nossos vizinhos, e o Peru é um caso típico. Exportamos automóveis, tratores, chassis e plásticos, mas a pauta pode se diversificar mais.

Há perspectivas muito positivas em relação à exportação de bens de capital, calçados, mobiliário e jogos eletrônicos, todos itens de valor agregado. Também deve continuar aumentando a venda de veículos automotores — disse o indicado, informando que o Brasil pretende aumentar a importação de frutas do Peru.

O diplomata disse que vai trabalhar para que o país andino ratifique o acordo de ampliação econômico-comercial assinado com o Brasil em 2016. Segundo ele, esse é o acordo comercial mais ambicioso fechado pelo Brasil na América do Sul, pois estabelece a liberalização bilateral no que se refere a compras públicas e facilita investimentos.

— Isso não é pouca coisa, o orçamento para compras públicas no Peru é da ordem de US\$ 10 bilhões. Nós já internalizamos esse acordo, e a embaixada em Lima atua para que esse processo seja dinamizado lá — afirmou.

A despeito da crise política

que levou à recente renúncia do ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski, acusado de receber propina da construtora Odebrecht, a situação econômica peruana é de estabilidade e crescimento, frisou o diplomata. Há anos o Peru apresenta taxas médias de crescimento de cerca de 5,25% do PIB anualmente, e essa condição pode ser mantida, uma vez que os preços do cobre estão subindo no mercado internacional. Esse é um dos principais itens da pauta exportadora do país.

Soares ressaltou que o Peru também interessa ao Brasil por ser uma porta de acesso às exportações para a Ásia, por meio do Oceano Pacífico. Ele lembrou que a Rodovia Interoceânica, que liga o noroeste do Brasil ao litoral do Peru, vem ganhando relevância e que o intercâmbio econômico peruano é maior com as nações que fazem parte do Mercosul do que com suas próprias parceiras da Aliança do Pacífico.



Requião apresenta candidatura à Presidência

Roberto Requião (MDB-PR) lançou seu nome como candidato à Presidência da República em pronunciamento na quarta-feira. O senador disse que apresentará sua candidatura na próxima convenção do partido, com um programa nacionalista, democrático e popular. Para ele, a falência do modelo liberal e a crise de abastecimento mostram que é momento de tomar uma atitude.

— Vamos virar de ponta-cabeça essas eleições presidenciais. Vamos fazer a diferença e vencer as eleições. É um desafio que coloco ao partido. Minhas ideias são em defesa do Brasil.



Roque de Sá/Agência Senado

Gleisi Hoffmann lê manifesto em defesa de Lula

Gleisi Hoffmann (PT-PR) leu ontem, em Plenário, manifesto da Frente Brasil Popular, em defesa da liberdade do ex-presidente Lula. A frente afirma que Lula está sendo perseguido pelo Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal e mídia por causa de sua luta por uma sociedade justa, fraterna e solidária.

A senadora disse também que a situação atual pela qual passa o país, com a elevação dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, começou com a perseguição dos atuais governistas e da mídia aos ex-presidentes Lula e Dilma.



Roque de Sá/Agência Senado

Eduardo Lopes anuncia frente contra fake news

Eduardo Lopes (PRB-RJ) anunciou na quarta-feira a criação da Frente Parlamentar Mista de Enfrentamento às Fake News (notícias falsas), da qual ele será vice-presidente. O grupo conta com 12 senadores e 219 deputados, e trabalhará na organização de uma agenda de projetos de lei sobre o tema da circulação de informações falsas nas redes sociais. O presidente será o deputado Márcio Marinho (PRB-BA).

Lopes observou que a divulgação premeditada de notícias de veracidade questionável não é um fato novo, mas que pode se tornar mais perigoso.



Roque de Sá/Agência Senado

Wilder defende mais recursos para municípios

Wilder Moraes (DEM-GO) cobrou a aprovação de projeto de sua autoria que institui a correção monetária nos repasses da União aos municípios por meio de convênios, acordos e instrumentos similares (PLS 139/2018).

O senador também defendeu uma reforma profunda no federalismo:

— Os municípios são o elo mais importante da Federação, mas também os mais frágeis. Recebem deveres, mas não instrumentos para atender a população na saúde, educação, trânsito e transporte público.



Roque de Sá/Agência Senado

Ataídes: juros do cartão são abusivos e criminosos

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) criticou a taxa de juros dos cartões de crédito. Ele disse que os juros dos cartões ultrapassaram 490% anuais em 2016 e 330% em 2017. Mais de 52 milhões de brasileiros, destacou, usam cartões e estão sujeitos a juros “abusivos e criminosos”. O senador, que preside a CPI dos Cartões de Crédito, disse que há cartelização e concentração no sistema financeiro.

— Temos que ter coragem de encarar esse poderio econômico — afirmou, antecipando que representantes dos bancos deverão ser ouvidos pela CPI na próxima semana.



Genildo Magalhães/Agência Senado

Comissão Nacional da Verdade pede que STF reveja Lei da Anistia, de 1979

Membros da CNV e parentes de mortos e desaparecidos políticos debateram em audiência documento divulgado pela CIA sobre governo Geisel

MEMBROS DA COMISSÃO Nacional da Verdade (CNV) e familiares de mortos e desaparecidos políticos defenderam ontem, em audiência na Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH, a revisão da Lei de Anistia pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O debate, presidido por Regina Sousa (PT-PI), tratou da divulgação do documento da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) que revela que o ex-presidente Ernesto Geisel autorizou, em seu governo (1974-1979), a continuidade da política de execuções de opositores da ditadura militar (1964-1985).

Para os participantes do debate, a publicação dos documentos reforça a percepção de que o alto escalão do governo sabia e participava da política de execuções.

Prescrição

A legislação atual, editada em 1979, garante anistia aos crimes de tortura, homicídio e sequestro cometidos por agentes públicos e foi declarada constitucional pelos ministros do Supremo em 2010. O jurista Cláudio Fonteles, que integrou a CNV, pediu que a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, coloque em pauta novamente a discussão.

Para Fonteles, a Constituição de 1988 deixa claro que crimes como homicídio e tortura praticados por agentes do Estado não prescrevem:

— A Suprema Corte deste país já se pronunciou, mas não definitivamente. Não houve



Claudio Fonteles, Luiz Claudio Cunha, Regina Sousa, Iara Xavier e Eumano Silva debatem documento da CIA

trânsito em julgado. É hora de o STF se pronunciar — cobrou.

Para o também ex-membro da CNV Luiz Claudio Cunha, o maior mérito do documento recentemente revelado é alterar a forma como a história brasileira retratava o general Geisel, até então apontado como integrante da “ala moderada” do regime.

Esclarecimentos

Agora, segundo Cunha, fica claro que Geisel não era tão moderado como se acreditava.

— O documento mostra de forma crua que a realidade era muito pior do que a gente imaginava. Esse documento não estava entre os poucos que os Estados Unidos entregaram à CNV. Chegou ao Brasil de forma casual. O documento demonstra o cinismo. Nossos generais são cínicos e isso inclui também o Geisel — disse.

O jornalista Eumano Silva avalia que o documento ajuda a esclarecer o quão violenta foi a ditadura e dá uma injeção de ânimo para aqueles que querem saber o que de fato aconteceu:

— Esse documento é divulgado em um momento muito interessante, um momento em que um candidato à Presidência defende a ditadura. É importante para os brasileiros entenderem o quanto uma ditadura é ruim — argumentou.

Impunidade

Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, Iara Xavier disse lamentar que a Lei da Anistia tenha permitido que responsáveis pelas mortes e desaparecimentos de pelo menos 434 pessoas prossigam impunes.

— Cada vez a gente vê mais

distante essa possibilidade de eles responderem pelos crimes cometidos — disse.

Os participantes também sugeriram que o Senado solicite à CIA mais documentos que revelem outros detalhes sobre o período e propuseram a criação de um novo órgão para analisar essas informações.

— Diante do silêncio sepulcral do presidente da República sobre esse episódio, minha sugestão é que o Senado chame um membro da CDH, um membro da CRE [Comissão de Relações Exteriores] e um da CCJ [Comissão de Constituição e Justiça] para que eles se dirijam aos Estados Unidos a fim de solicitar esses documentos e, assim, possamos abrir os baús que ainda existem de forma a clarear cada vez mais. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça — propôs Fonteles.

Wellington comemora certificação do Brasil como livre de aftosa

Wellington Fagundes (PR-MT) celebrou a conquista da certificação do Brasil pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como país livre da febre aftosa. Com o novo status sanitário, a comercialização de carnes e animais vivos será facilitada.

Segundo ele, o Brasil tem um rebanho de 220 milhões de cabeças de bovinos e búfalos e é um exportador de carne que comercializa com 140 países.

— Por termos desenvolvido técnicas inovadoras de manejo e abate, nem os entraves burocráticos reduziram nossa competitividade. Podemos vislumbrar um futuro de expansão da produção, conquista de novos mercados e ganhos ainda mais vultosos.

Maião Amarelo estimula articulações em prol do trânsito, diz Hélio José

Hélio José (Pros-DF) reforçou ontem a importância da campanha Maio Amarelo para a diminuição da violência no trânsito. Segundo ele, não bastasse a irreparável perda de milhares de vidas humanas, os acidentes de trânsito geraram, em 2017, prejuízo de quase R\$200 bilhões, representando mais de 3% do PIB.

Para ele, o Maio Amarelo vem trazer paz pela articulação entre poder público e sociedade civil e pela mobilização dos condutores, dos pedestres e dos agentes envolvidos na fiscalização e segurança.

— O Maio Amarelo é um esforço para estancar e reverter esse triste e doloroso quadro, que coloca em xeque o próprio processo civilizatório, embaçado pela violência no trânsito.

Propaganda abusiva contra gêneros está na pauta de colegiado

Está na pauta de votações da Comissão de Direitos Humanos (CDH) o projeto que altera a classificação de propaganda abusiva, ampliando os critérios para identificação desse tipo de prática. De Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o PLS 461/2017 recebeu voto favorável da relatora, Ângela Portela (PDT-RR).

Inicialmente, o projeto determina que a publicidade que veicular ideias e valores que pressuponham ou contenham, visões desiguais de gênero que sejam ofensivas a qualquer grupamento de gênero será considerada abusiva.

A proposta também altera o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078, de 1990), que proíbe toda publicidade enganosa ou abusiva. É considerada abusiva a publicidade

“discriminatória de qualquer natureza” ou que incite à violência, explore medo ou superstição, se aproveite da ingenuidade das crianças ou despreze valores ambientais. Também é considerada abusiva a propaganda que induza o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa a sua saúde ou segurança.

O projeto acrescenta outros critérios. De acordo com o texto de Vanessa, também será abusiva a publicidade que ofender a dignidade humana e oferecer “sugestões de comportamento que procurem incidir, sem fundamentos razoáveis, sobre as escolhas e a autoimagem da pessoa a respeito de suas atividades e funções sociais, profissionais, familiares, políticas, morais e econômicas”.

Segundo Vanessa, a sociedade brasileira tem feito “notável esforço para identificar e erradicar os preconceitos”. A senadora destaca, no entanto, que algumas “crenças falsas e arraigadas” ainda estimulam a desigualdade de gênero.

Regulação

“Estamos a embelezar, com as tecnologias imagéticas, sonoras e literárias, crenças arcaicas, falsas, injustas e violentas a respeito das mulheres e da diversidade sexual e cultural. A maior parte das sociedades desenvolvidas já se apercebeu disso e legislou de modo a conter o uso do passado como forma de impedir o advento do futuro”, argumenta.

Ela cita como exemplo a legislação de países como Dinamarca, França, Alemanha, Noruega e Inglaterra,

que tomaram a decisão de “regular o uso de estereótipos de gênero para convencer as pessoas a consumir”. De acordo com Vanessa, “a sociedade brasileira já está suficientemente amadurecida para ter ambições maiores do que a simples reprodução do subdesenvolvimento”.

Para Ângela, o projeto trata de área “da mais absoluta importância” ao evidenciar no CDC “a abusividade de propagandas que submetem a sociedade a um apelo constante reforçador de papéis sociais estereotipados, muitas vezes até incitadores da violência de gênero”.

Após ser analisado pela CDH, o projeto será votado em decisão final pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

Medeiros reclama de demora do Ibama nos licenciamentos

Segundo José Medeiros (Pode-MT), estudos para obras de construção de um trecho da BR-080 estão há anos parados, prejudicando a circulação em Mato Grosso. Ele disse que o estado tem apenas 20% das estradas pavimentadas e criticou a morosidade dos órgãos ambientais e de proteção de indígenas para tomarem decisões.

— O Brasil está à mercê de pessoas que por vaidade ou interesse político aparelharam vários órgãos do governo. Mato Grosso, que tem a maior produtividade nacional no agropêlo, tem uma das piores malhas de transporte no país.



Jefferson Rudy/Agência Senado